

**O estado do conhecimento da assistência estudantil
e seu financiamento na educação superior brasileira
(2013-2022)**

**The situation of student assistance knowledge
and its financing in Brazilian higher education (2013-2022)**

**El estado del conocimiento de la asistencia estudiantil
y su financiación en la enseñanza superior brasileña
(2013-2022)**

Cristiane Praciano Lauriano de Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN – Brasil

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Natal/RN – Brasil

Resumo

Este artigo objetiva mapear os principais estudos presentes em teses e dissertações que trazem como abordagem a Assistência Estudantil (AE) na educação superior do Brasil, bem como o seu processo de financiamento. Para tanto, utilizou-se o banco de dados de teses e dissertações presentes no catálogo de teses e dissertações da Capes. Os achados da investigação permitiram constatar que os estudos acerca da assistência estudantil abrangem uma variedade de categorias conceituais, revelando a importância desse campo teórico nas produções acadêmicas no Brasil. No que se refere à produção do conhecimento sobre o financiamento da AE, percebeu-se que os estudos sobre essa temática na pós-graduação brasileira ainda são bastante escassos.

Palavras-chave: assistência estudantil, financiamento da assistência estudantil, estado do conhecimento.

Abstract

This article aims to map the main studies present in theses and dissertations that address Student Assistance (SA) in higher education in Brazil as well as its financing process. To this end, we investigate the database of theses and dissertations present in the Capes catalog. The research findings allowed us to verify that studies on student assistance cover a variety of conceptual categories, revealing the importance of this theoretical field in academic productions in Brazil. Regarding the production of knowledge on the financing of SA, it was noted that studies on this topic in Brazilian postgraduate studies are still quite scarce.

Keywords: student assistance, financing student assistance, situation of knowledge.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mapear los principales estudios presentes en tesis y disertaciones que abordan la Asistencia al Estudiante (AE) en la educación superior en Brasil, así como su proceso de financiación. Para ello, se utilizó como fuente la base de datos de tesis y disertaciones presentes en el

catálogo de tesis y disertaciones de la Capes. Los resultados de la investigación permitieron verificar que los estudios sobre Asistencia Estudiantil abarcan una variedad de categorías conceptuales, revelando la importancia de este campo teórico en las producciones académicas en Brasil. En cuanto a la producción de conocimiento sobre el financiamiento de la AE, se constató que los estudios sobre este tema en los posgrados brasileños aún son bastante escasos.

Palabras clave: asistencia estudiantil, financiamiento de la asistencia estudiantil

1 Introdução

As alterações nas funções do Estado decorrentes da crise estrutural do capital produziram mudanças na esfera da proteção dos direitos sociais. Nessa perspectiva, direitos básicos como educação, saúde, moradia, transporte e lazer, por exemplo, passam a ser reconfigurados por meio de uma lógica que se firma pela consolidação da ideia de um Estado-mínimo, pela privatização dos serviços públicos e pela primazia dos interesses do mercado. As políticas sociais, por esse ângulo, vão sendo moldadas como serviços, e não mais como direitos (Kowalski, 2012).

Nesse âmbito de alterações das funções do Estado, aparecem, portanto, contradições que o colocam, ora como um regulador dos interesses mercantis, ora como um viabilizador da garantia das condições de inclusão social. Conforme salienta Osório (2019, p. 98), “ao operar num campo de forças contraditórias, o Estado deve contemplar, contudo, a força das classes dominadas, que podem chegar a ter expressão no Estado. Mas essa expressão é assumida enquanto classes dominadas”.

Sob essa ótica, ao se inclinar o olhar para a assistência estudantil e seu financiamento, entende-se que eles são ancorados nas contradições da expressividade dessa classe dominada. É importante realçar que, de um lado, a assistência estudantil e o seu processo de financiamento se instauram como mecanismo para atender às demandas da classe trabalhadora que solicita inserir-se na educação superior e, portanto, requisita o direito à educação.

De outro, assumem um caráter de atendimento aos ditames do neoliberalismo e à lógica da manutenção das desigualdades sociais (Gomes; Pires; Silva, 2020), quando não é materializada sob o foco da universalização e do atendimento às multidimensionalidades dos estudantes na graduação.

Assim, embora eivada de um caráter contraditório, há de se enfatizar que a assistência estudantil e, conseqüentemente, o financiamento eficaz que seja capaz de promover a materialização das ações de tal assistência, revelam-se como importantes instrumentos viabilizadores da garantia do direito à educação, uma vez que possibilita minimizar as diferenças socioeconômicas dos estudantes que acessam a educação superior.

Desse modo, faz-se imperioso, pela complexidade e dimensão que se aportam nessa política, apreender como ela vem sendo delineada nas universidades públicas federais brasileiras e como o financiamento imprescindível para a consecução dessas ações está sendo demarcado.

Cumpre, desse modo, destacar a imprescindibilidade de nos munirmos de subsídios teóricos necessários para compreender os diferentes processos que abarcam a assistência estudantil e seu financiamento. Confirma-se, assim, a pertinência de traçar um panorama dos principais estudos que emergem a partir dos olhares para essas temáticas. Por isso, a opção em fazer um “Estado do Conhecimento” no tocante a esse assunto.

Fazer um estudo utilizando o Estado do Conhecimento aponta para a construção de novas percepções sobre o objeto de estudo investigado. Pressupõe reconhecer as especificidades do que se está sendo refletido no campo da pesquisa e instiga a buscar outros pressupostos metodológicos que ajudem a formular novas análises interpretativas. De acordo com Romanowski e Ens (2006, p.39), estudos sobre o Estado do Conhecimento:

(...) podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

Entende-se, ainda, que realizar um ‘Estado do Conhecimento’ sobre a assistência estudantil com foco em seu financiamento, tomando como referências as produções acadêmicas nos programas de pós-graduação, abre caminhos para perceber em quais campos analíticos conceituais esse objeto de

estudo está sendo priorizado e como tal objeto de estudo vai sendo ressignificado frente à mutabilidade da realidade social.

A partir dessas ponderações, este artigo objetiva traçar um mapeamento dos principais estudos presentes em teses e dissertações que trazem como abordagem a assistência estudantil e seu financiamento na educação superior do Brasil. Dessa forma, colaborar para discussões acadêmicas que versam sobre tais temáticas.

Feitas essas proposições, interessa aludir que este artigo será composto por quatro seções. Além dessa seção de introdução, têm-se na segunda seção breves considerações acerca dos sujeitos políticos, dos segmentos civis e dos marcos legais que contribuíram para os modos de pensar a Assistência Estudantil (AE) e seu financiamento como uma política pública social.

Em seguida, a terceira seção se encarregará de demonstrar o estado do conhecimento referente à AE e o financiamento dessa política educacional, delineando os achados mais basilares e as discussões que circundam esses campos conceituais. E, por fim, tem-se a seção de conclusão, que faz um movimento de olhar para o que foi pesquisado e discutido e condensar as informações apreendidas desse processo.

2 A assistência estudantil e seu financiamento nas universidades públicas federais

Ao se traçar um estudo sobre a assistência estudantil no Brasil, faz-se necessário fazer um recuo histórico, ainda que de maneira breve, e tentar desvelar os sujeitos políticos, os segmentos civis e os marcos legais, que, em consonância, contribuíram para consolidar a AE como uma política pública que intenta potenciar o direito à educação superior.

Nessas proposições iniciais, importa dizer que a política de assistência estudantil e a política de assistência social caminharam lado a lado no decurso histórico, despontando, primordialmente, “a partir dos movimentos sociais que travaram lutas pelo fim do regime militar e para que uma nova constituição fosse promulgada” (Vasconcelos, 2010, p. 603).

Destaca-se, nesse contexto, o surgimento, a partir de 1987, do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace.

Esse Fórum “definiu como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas Ifes, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino” (Fonaprace, 2007, p. 1).

Também se evidenciou, nesse período, o surgimento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – a Andifes, que apresentava como um de seus objetivos “a integração das instituições federais de ensino superior, sua valorização e defesa” (Andifes, 2008, p. 1).

Tanto o Fonaprace quanto a Andifes se estabeleceram como importantes segmentos educacionais direcionados a discutir as condições de permanência do aluno no ensino superior associadas ao seu perfil socioeconômico.

Nesse ínterim, a promulgação da Constituição Federal de 1988 se constituiu em relevante ferramenta jurídica que provocou novos modos de pensar a educação e a assistência social. Demarcaram-se nela dois pontos primordiais no tocante a tais modos de pensar. O primeiro, ao tratar no Capítulo II, Art. 6º, da educação como um direito social e, também, no Capítulo III, Art. 205, ao expressar entre os princípios do ensino “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988, p. 122). O segundo, ao mencionar no Capítulo II, Art. 203, a assistência social como sendo prestada a quem dela necessitar (Brasil, 1988, p. 122).

Esses novos modos de pensar a educação e a assistência social, ocasionados pela promulgação dessa Constituição Federal, trouxeram à baila novas percepções sobre as políticas afirmativas. Pode-se dizer que a Constituição Federal de 1988 deu impulso para a instauração de debates e reflexões no tocante à transformação da assistência estudantil em uma política de direito social.

Nesse cenário, cumpre realçar também as mudanças políticas e sociais advindas a partir da década de 1990. Olhar para a AE, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), remete-nos a entender que as políticas de AE guardaram, nesse período, uma “estreita relação com as orientações dos organismos internacionais que definiram metas e estabeleceram critérios no trato das políticas sociais dos países em desenvolvimento, como o

Brasil” (Pavan, 2014, p. 6). Subordinadas à lógica do mercado e às ideologias dos organismos internacionais, as políticas de AE se mantiveram agregadas a uma abordagem de caráter focalizado e seletista.

Seguindo esse lineamento teórico, vale realçar que, foi somente em 2007, resultado das demandas advindas da expansão da educação superior e das reivindicações de entidades civis em prol da democratização dessa etapa educacional, que um dos marcos mais importantes acerca da AE se fez consolidar - a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, por via da Portaria nº 39 do Ministério da Educação (Brasil, 2007). Essa portaria foi transformada, em dezembro de 2010, no Decreto Presidencial nº 7.234/2010 (Brasil, 2010).

O Pnaes é atualmente o principal programa de AE. Direciona-se, especialmente, aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou que se enquadrem na faixa de renda de até um salário-mínimo e meio, *per capita*. O programa apresenta como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, tendo como objetivos:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
 - II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
 - III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
 - IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação
- (Brasil, 2010, p. 1).

Sob essa perspectiva, o Pnaes pode ser compreendido como uma política pública que visa a atender às necessidades socioeconômicas dos estudantes e viabilizar a garantia do acesso, permanência e conclusão na educação superior (Macedo, 2014). Insere-se, portanto, como uma política de garantia de direitos.

Cabe mencionar, nessas assertivas, que embora o Pnaes tenha se constituído como uma política pública, ele esbarrou em um cenário econômico-político, no qual se aprofundam os tensionamentos acerca das questões, sobretudo, de cunho financeiro/orçamentário e da diminuição da garantia dos direitos sociais.

Nesse sentido, o fortalecimento de um Estado-mínimo, a contenção de gastos, a privatização dos serviços públicos acabam por colocar limites à

efetivação e à continuidade dessa política. Tais limites, conforme salientado por Kowalski (2012, p.9), são expressos nos condicionamentos a:

equalização dos Direitos Humanos à educação que, em tempos de valorização de políticas neoliberais e da hegemonia dos mercados, associa a assistência estudantil à lógica de serviço, e não de direito. As possibilidades e os limites relacionados à garantia de direitos aos alunos nas instituições federais de ensino superior revelam uma dinâmica entre o caminho e o descaminho na formalização da assistência estudantil no país, em que se possam ser desocultadas as tutelas assistencialistas do Estado, a lógica do mercado que incide na formatação dos programas e naturalização da questão social.

No que concerne ao financiamento, a AE tem sido um desafio às instituições de ensino superior públicas federais. No Decreto 7.234/2010, no Art. 8º, fica expresso que:

As despesas do Pnaes correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (Brasil, 2010, p. 2).

Pelo que está exposto no artigo, pode-se dizer que o financiamento da assistência estudantil na educação superior é condicionado pelo montante orçamentário existente, e não ao quantitativo de alunos que se enquadram nos critérios de recebimento do benefício.

Vale destacar ainda que, no Decreto 7.234/2010, não há uma parcela orçamentária específica para a AE. Tal mecanismo a coloca sempre em alerta. A depender de políticas de contingenciamento e austeridade fiscal e da vontade de governantes, por exemplo, os recursos financeiros para a consecução das ações do Pnaes podem ou não ser liberados.

Seguindo esse viés argumentativo, importa mencionar que o financiamento da assistência estudantil na educação superior reflete as disputas que se aportam nas políticas sociais, entre elas, a educação, quanto ao orçamento público. No bojo dessas disputas, encontram-se, entre outros, os preceitos neoliberais que requisitam a diminuição do papel do Estado no que se refere às políticas sociais, aos recursos públicos direcionados à iniciativa privada, ao contingenciamento fiscal que limita os gastos públicos e às

demandas da população mais pauperizada que solicitam o fortalecimento do financiamento da AE enquanto política de direito à educação superior.

Desse modo, resulta enfatizar que a instituição do Pnaes e seu processo de financiamento não se consolidam sem que embates políticos e concepções divergentes, em torno do tema, se façam prevalecer. Nessa disputa, há questionamentos que revelam que a construção de consensos ainda é um caminho a ser definido, consoante afirmam Dutra e Sousa (2017, p.162):

O Pnaes representou um marco e um importante avanço no que diz respeito à afirmação da política de AE no país, possibilitando uma aceção mais próxima de direito social. Contudo, apesar dos progressos decorrentes das lutas e consequente institucionalização da AE em âmbito nacional, que conduziram a uma visão mais ampla desse objeto, não se pode falar de uma única AE. Nos conceitos propostos, encontram-se divergências quanto a alguns aspectos que ainda mobilizam os debates em torno do tema. Dentre os aspectos em volta dos quais circulam as principais polêmicas, destacam-se os seguintes: o público a que se destina a AE; a abrangência das ações desenvolvidas na área; e a gestão do Programa nas Ifes.

Frente ao exposto, reitera-se que a AE e o seu financiamento se fundam como importantes instrumentos viabilizadores da garantia dos direitos dos estudantes na educação superior e vêm ocupando um expressivo papel nas demandas dos alunos universitários, à medida que eles vislumbram, a partir dessas políticas, um horizonte, ainda que pequeno, de igualdade de oportunidades ao acesso, à permanência e à conclusão nesse nível educativo.

3 Resultados e discussão

O mapeamento das produções acadêmicas na pós-graduação brasileira sobre a assistência estudantil e o financiamento da assistência estudantil foi feito no repositório do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

A busca realizada nesse catálogo foi executada em dois momentos. No primeiro, usando-se o descritor “assistência estudantil” e como marcadores temporais os anos de 2013 a 2022. Obtiveram-se 571 ocorrências, com 531 dissertações de mestrado e 40 teses de doutorado.

No segundo momento, usando como descritores “financiamento da Assistência Estudantil” e “financiamento do Programa Nacional de Assistência

Estudantil”, obtiveram-se quatro ocorrências, sendo todas dissertações de mestrado.

Quanto ao resultado do descritor “assistência estudantil”, o grande número de ocorrências granjeados, nesse painel de informações do repositório de Teses e Dissertações da Capes. A necessidade de uma quantidade mais plausível para a leitura e análise das pesquisas produzidas no campo da assistência estudantil na educação superior no Brasil tornou indispensável refinar os resultados.

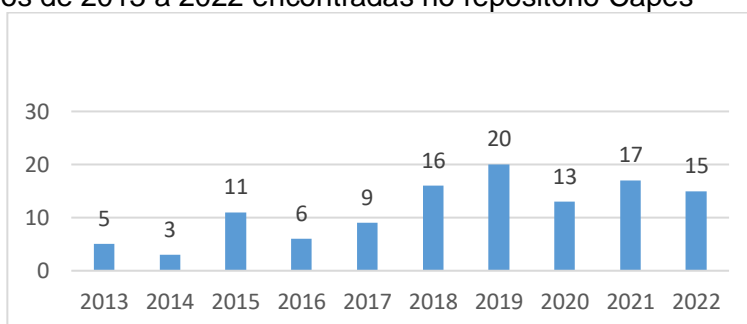
Tomou-se, então, como referência para esse refinamento a área de conhecimento: educação. Partindo desse refinamento, obtiveram-se 145 ocorrências. Dessas, 131 eram dissertações de mestrado, e 14 eram teses de doutorado.

Feitas as leituras dos títulos e resumos das teses e dissertações, excluíram-se os estudos que não tratavam da AE na educação superior ou que não tinham a AE como objeto central de análise, ou ainda, que apareciam duplicados. Dessa forma, foram conseguidos os seguintes resultados: 106 dissertações de mestrado e sete teses de doutorado. O produto desse refinamento está expresso na seção 3.1, relatada posteriormente.

3.1 Estado do conhecimento sobre a assistência estudantil na educação superior

A partir dos movimentos traçados anteriormente para o mapeamento das produções acadêmicas na pós-graduação brasileira acerca da AE, o olhar voltou-se, de início, para a evolução da produção anual de publicações no período de 2013 a 2022. O resultado está expresso no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da produção anual de publicações acerca da assistência estudantil nos anos de 2013 a 2022 encontradas no repositório Capes

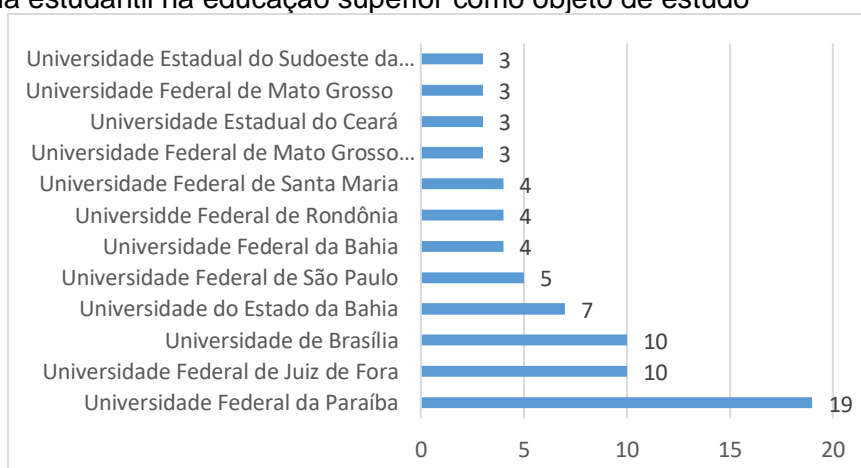


Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Capes. Elaboração própria (2024)

Pela leitura do Gráfico 1, verifica-se que os anos de 2019 e 2021 apresentaram os maiores quantitativos de trabalhos acadêmicos publicados acerca da assistência estudantil na educação superior, representando, respectivamente, 20 e 17 publicações. Destaca-se, ainda, que o número de publicações realizadas sobre a assistência estudantil, nos anos de 2018 a 2022, se manteve acima de dez publicações anuais, o que desvela a importância dessa temática na área da educação.

Seguindo-se a análise do ano das publicações, delinearam-se os enunciados para entender em quais instituições de ensino essas pesquisas foram defendidas. O resultado está expresso no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Instituições de ensino de defesa das teses e dissertações que abordam a assistência estudantil na educação superior como objeto de estudo



Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Capes. Elaboração própria (2024)

O estudo demonstrou que houve uma concentração de pesquisa sobre a assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade de Brasília, apresentando 19, 10 e 10 pesquisas defendidas sobre a AE, nessa ordem.

Foi possível depreender, ainda, que, para além dos dados apresentados no Gráfico 2, no Centro Educacional de Educação Tecnológica de Minas Gerais, na Fundação Universidade Federal do Piauí e na Universidade Estadual de Campinas, a assistência estudantil apareceu em duas defesas em cada uma dessas instituições.

Menciona-se que a AE foi objeto de defesa também em pelo menos mais 17 instituições de ensino brasileiras, desvelando a amplitude dessa abordagem nas produções acadêmicas da educação superior.

Passada essa etapa, o caminho seguinte deste estudo foi, a partir da leitura das pesquisas, formular categorias temáticas. Nessa etapa, optou-se por analisar primeiro as dissertações de mestrado e, em seguida, as teses de doutorado. Para a categorização das dissertações de mestrado, foram lidos os títulos e resumos dos textos publicados e, para a categorização das teses de doutorado, foram lidas integralmente as pesquisas publicadas.

No que tange às dissertações de mestrado, para agrupá-las em categorias, deu-se ênfase, neste estudo, às temáticas centrais que apareceram em duas ou mais ocorrências nos resumos lidos. As categorias estão representadas na Tabela 1, destacada a seguir.

Tabela 1 – Categorias presentes no campo da assistência estudantil que apresentaram duas ou mais ocorrências nas dissertações de mestrado do repositório da Capes

CATEGORIAS	OCORRÊNCIA
Assistência Estudantil (ações relacionadas à alimentação, ao esporte e ao bolsa atleta)	3
Assistência Estudantil e Financiamento	3
Assistência Estudantil como ação para mitigar as desigualdades sociais	4
Avaliação e Monitoramento da Assistência Estudantil	5
Contribuição da Assistência Estudantil para o processo formativo dos estudantes	5
Gestão (alojamentos e ações da Assistência Estudantil)	3
Formulação e implementação das estratégias/ações do programa de assistência estudantil	16
Políticas da Assistência Estudantil e Ações Afirmativas	6
Repercussões da Assistência Estudantil na Permanência do estudante na Educação Superior	19
Repercussões da Assistência Estudantil no processo de acesso, permanência e conclusão do estudante na Educação Superior	3
Subjetividades/sentidos dados pelos estudantes e/ou profissionais à assistência estudantil	16

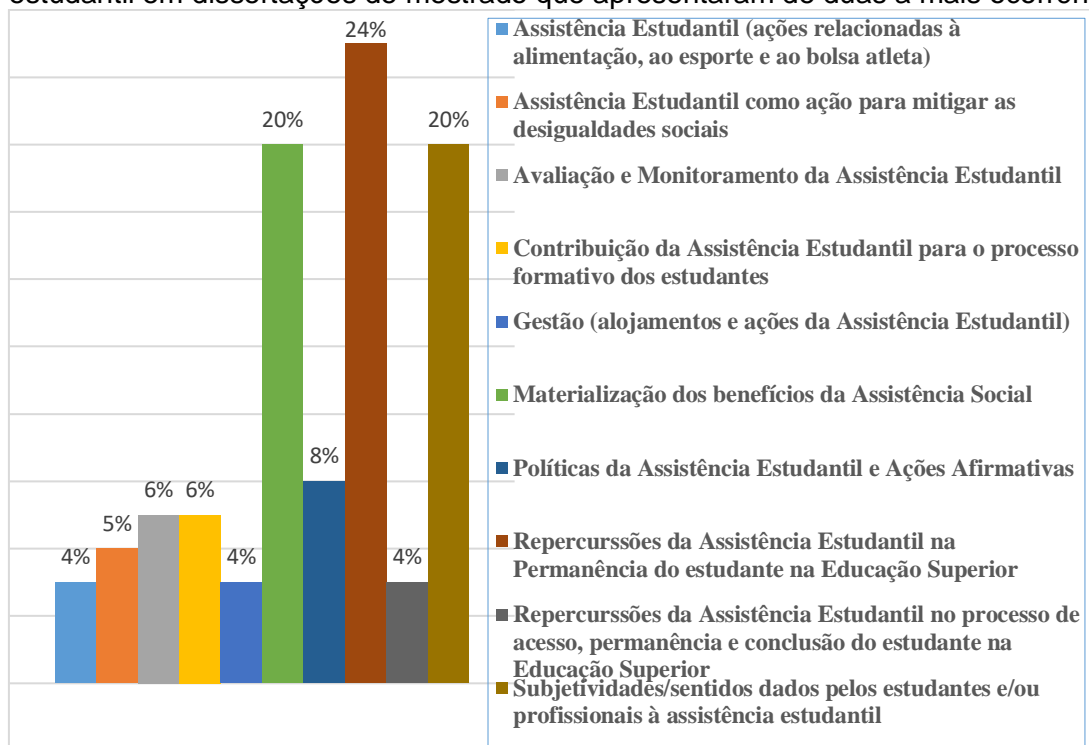
Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Capes. Elaboração própria (2024)

Os dados da Tabela 1 demonstraram que os estudos acerca da AE apresentam uma diversificação de categorias. Evidencia-se, pelos elementos da referida tabela, que a categoria repercussões da assistência estudantil na permanência do estudante na educação superior apresentou o maior número de ocorrências, presente em 19 dissertações de mestrado.

A formulação e implementação das estratégias/ações do programa de AE expressas, por exemplo, pelo bolsa-formação, pelo auxílio-alimentação e pelo auxílio-residência, entre outros, também foram pontos de constantes análises dos estudos, apresentados em 16 dissertações. A categoria subjetividade/sentidos dados pelos estudantes e/ou profissionais à assistência estudantil, do mesmo modo, foi observada em 16 dissertações de mestrado.

O Gráfico 3, expresso a seguir, revela a predominância dessas categorias, uma vez que elas, somadas, representaram 64% das produções no âmbito das dissertações produzidas.

Gráfico 3 – Porcentagem de ocorrência das categorias no campo da assistência estudantil em dissertações de mestrado que apresentaram de duas a mais ocorrências



Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Capes. Elaboração própria (2024)

Cabe reiterar que, ao delinear a categoria AE e suas relações com a permanência do estudante na universidade, optou-se por fazê-lo em: repercussões da AE na permanência do estudante na educação superior e

repercussões da AE no processo de acesso, permanência e conclusão do estudante na educação superior.

Tal opção se deu, por se entender que, ao tratar da relação da permanência sob o tripé acesso, permanência e conclusão, o estudo traz uma compreensão mais aprofundada e complexa acerca do papel da assistência estudantil.

Observa-se, pelo que está manifesto no Gráfico 3, que a categoria repercussões da AE no processo de acesso, permanência e conclusão do estudante na educação superior, por sua relevância, demanda mais pesquisas. No repositório de teses e dissertações das Capes, essa categoria foi alvo de apenas 4% das pesquisas feitas nas dissertações de mestrado.

Quanto à produção do conhecimento enfatizada nas teses presentes no repositório da Capes e reiterada na Tabela 2, observa-se que essas produções confirmam o caráter plural da temática da assistência estudantil e postulam a necessidade da reconstrução de novos sentidos e interpretações que deem conta de desvelar as complexidades desse campo enquanto fenômeno educativo.

Tabela 2 Categorias presentes no campo da AE encontradas nas teses de doutorado

CATEGORIAS PRESENTES NAS TESES DE DOUTORADO	OCORRÊNCIA
Análise dos discursos da política de AE no contexto dos processos de transformação institucional e da política nacional de educação	1
A democratização da educação superior e as ações de assistência estudantil	1
A assistência estudantil no contexto neoliberal	1
O apoio pedagógico no âmbito dos serviços de apoio aos estudantes na assistência estudantil em universidades federais brasileiras	1
O Programa Nacional de Assistência Estudantil sob a ótica das ações afirmativas	1
Programa Nacional de Assistência Estudantil, como instrumento democrático no processo de expansão da educação superior	1
Relação entre a política de assistência estudantil e a política de assistência social	1

Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Capes. Elaboração própria (2024)

Sobreleva-se, ao se inquirir os dados da Tabela 2, que as categorias análise dos discursos da política de AE no contexto dos processos de transformação institucional e da política nacional de educação e Programa Nacional de Assistência Estudantil, como instrumento democrático no processo de expansão da educação superior, considerando-se sua baixa ocorrência e

ponderando-se sua importância, induz-nos a solicitar uma maior atenção a essas categorias nas pesquisas que trazem como ponto de ancoragem a assistência estudantil.

Com a intenção de ampliar esse mapeamento, a subseção 3.2, posta a seguir, descortina o panorama da AE na produção acadêmica brasileira, a partir de seu financiamento.

3.2 O financiamento da assistência estudantil: mapeamento da produção do conhecimento

No segundo momento desta análise, utilizaram-se como descritores, no painel da Capes, o “financiamento da assistência estudantil” e o “financiamento da assistência estudantil no Programa Nacional de Assistência Estudantil”. Como refinamento dos dados, usaram-se os anos de 2013 a 2022 e, como área de concentração, a educação, obtendo-se, dessa forma, quatro resultados.

Assim, foi possível depreender, a partir dos dados apresentados na Tabela 3, que a produção do conhecimento, no que tange ao financiamento da assistência estudantil na educação superior é ainda bastante escassa.

Tabela 3 – A produção do conhecimento em financiamento da Assistência Estudantil na Educação Superior

Tipo	Título/Instituição de Ensino/Ano de publicação	Objetivos do Estudo
Dissertação	O financiamento da assistência estudantil na Ufes no contexto de contrarreforma da educação superior. Ufes. 2016.	A pesquisa tem como objetivo compreender o processo de financiamento e gasto público com a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo, no período pós-regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes.
Dissertação	Financiamento da Assistência Estudantil: um olhar sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. 2019. UFPI	O objetivo da pesquisa é analisar a Política de Assistência Estudantil na UFPI, explicitando o formato e problematizando os limites no que tange ao seu financiamento.

Dissertação	Direitos Humanos, financiamento público e ensino superior: orçamento destinado ao Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins. UFT. 2020.	Objetiva-se compreender se as dotações orçamentárias e as despesas públicas, realizadas com o financiamento da assistência estudantil, tendo como ponto de partida a aprovação do Pnaes, têm obtido sucesso na realização ampla e progressiva do direito humano à educação no contexto da Universidade Federal do Tocantins.
Dissertação	O financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes): entre ganhos, perdas e lutas. Ifes. 2020.	A dissertação tem como objeto de estudo o financiamento da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Espírito Santo - Ifes entre 2012 e 2018. Objetiva compreender como, no contexto de cortes orçamentários, a execução dos programas e ações da assistência estudantil são afetados.

Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Capes. Elaboração própria (2024)

Evidencia-se, pelo que consta na Tabela 3, que o financiamento da AE foi objeto de análise central nas dissertações publicadas na Capes, nos anos de 2016 e 2019, com 01 (uma) publicação em cada ano, e, em 2020, com 02 (duas) publicações.

Constatou-se, pelos dados da Tabela 3, que, entre as pesquisas realizadas quanto ao financiamento da assistência estudantil, duas foram feitas em institutos federais de educação profissional e duas em universidades federais. Vale dizer que, no repositório da Capes, não foram encontradas teses de doutorado que tenham como abordagem central o financiamento da AE, usando como escopo de refinamento da pesquisa “o financiamento da assistência estudantil”.

A partir da leitura integral das dissertações de mestrado, notabilizou-se que o financiamento da assistência estudantil na educação superior toma como pressuposto o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Atravessam as pesquisas, entre outras temáticas, a reforma do ensino superior, a mundialização do capitalismo, os fundos públicos e os ajustes fiscais, deixando entrever que a AE não pode ser estudada sem que se analisem os contextos histórico-econômico-políticos nos quais essa política se insere.

Resta indubitável acrescentar que o financiamento da assistência estudantil nas universidades públicas federais é fator preponderante para a

efetivação das ações do Pnaes. Portanto, visa a minimizar os efeitos das desigualdades econômico-sociais presentes na sociedade brasileira.

O financiamento representa um desafio para as instituições de ensino superior federais públicas, devido ao desequilíbrio entre os recursos estatais destinados à assistência estudantil e a crescente demanda gerada pela significativa mudança no perfil dos alunos ingressantes (Fonaprace, 2019).

Cumprir dizer que a quantidade de recursos disponibilizados pelo Estado para apoiar os estudantes em suas necessidades básicas (como moradia, alimentação, transporte, material didático etc.) não acompanha o aumento da demanda por esses serviços.

Sob esse viés, faz-se importante aumentar o escopo de pesquisas que tragam como abordagem o financiamento da AE como possibilidade, não somente de refletir como tal financiamento repercute no ingresso, permanência e conclusão dos estudantes de graduação, mas como forma de desvelar, quais outros interesses estão por trás desse (des)financiamento público.

As novas pesquisas poderão, assim, traçar outros encaminhamentos para a assistência estudantil e seu financiamento e fomentar práticas de resistências coletivas, no cerne do Estado neoliberal, o qual insiste em propor o esvaziamento das políticas públicas educacionais.

4 Conclusão

O estudo sobre a produção do conhecimento acerca da assistência estudantil na educação superior brasileira revelou a abrangência e a importância desse campo teórico nas produções acadêmicas. Foi possível perceber, por meio da leitura dos títulos e resumos das dissertações de mestrado e, especialmente, pela leitura integral das teses de doutorado, presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, os movimentos conceituais que permeiam essa temática.

Os anos de publicação das teses e dissertações analisados, por meio desse evento investigativo no repositório da Capes, indicaram que, no período de 2013 a 2022, tais publicações fizeram-se em traçados de elevações e declives. Esse aumento ou diminuição do quantitativo de publicações concernentes à AE representa um circuito normal na produção do conhecimento,

uma vez que outros sujeitos e outras instituições podem conceder uma maior ou menor importância ao tema.

A necessidade de trazer à tona, ou não, a AE, em conformidade com o momento histórico, pode legitimar também os motivos que levam os pesquisadores a tomar essa perspectiva analítica como espaço de reflexão.

No que tange às instituições de ensino de defesa das teses e dissertações, as buscas feitas denotam que a assistência estudantil, enquanto instrumento de pesquisa, fez-se aparecer em uma diversidade de instituições, mais presente, sobretudo, na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade Federal de Brasília.

Seguindo esse viés conclusivo, o estudo apontou que as categorias formuladas no campo da assistência estudantil que mais tiveram ocorrência nas dissertações de mestrado foram: formulação e implementação das estratégias/ações do programa de assistência estudantil; repercussões da AE na permanência do estudante na educação superior e subjetividades/sentidos dados pelos estudantes e/ou profissionais à AE, representando um total de 16, 19 e 16 dissertações de mestrado, respectivamente.

O quantitativo de ocorrências dessas temáticas, pelas reflexões feitas neste estudo, demonstrou que, mesmo que as categorias sobre a assistência estudantil sejam repetidas, à medida que elas vão incorporando as subjetividades do pesquisador e ele tenta conhecê-las, tais categorias vão se modificando. A captação de novos significados, envidada pelo pesquisador, nos autoriza a dizer que cada estudo no que tange à AE traz sempre novas possibilidades de aprofundamentos.

Quanto aos achados das teses da Capes que mencionam a AE na educação superior, evidenciou-se que essa temática é pesquisada em diálogo com os discursos da política de AE, com o processo de democratização da educação superior, com os processos de fortalecimento das políticas afirmativas e com o olhar voltado para o apoio pedagógico.

Já no que se refere à produção do conhecimento sobre o financiamento da AE, foi possível desvelar que os estudos sobre essa temática na pós-graduação brasileira ainda são bastante escassos. Traçando-se o olhar para o repositório de teses e dissertações da Capes, encontraram-se apenas 4 (quatro)

dissertações de mestrado que trazem como abordagem central essa temática.

Dessa forma, outras pesquisas concernentes ao tema podem preencher lacunas teóricas importantes que auxiliem na compreensão desse objeto de estudo com suas múltiplas e variadas configurações. Buscar outros aportes teóricos que permitam o delineamento do financiamento da AE, requisitam entender esse fenômeno educativo em seu processo integral e, portanto, vinculado ao contexto histórico, político, econômico e social no qual está inserido.

As conclusões, ainda que provisórias deste estudo, nos convocam a perceber que a produção do conhecimento sobre a assistência estudantil e seu financiamento não é estática e nem definitiva; condiciona-se pelos olhares de sujeitos, atores e realidades distintas. Ao passo que novas problemáticas aparecem quanto a essa temática, novas formas de explicar esse fenômeno educativo vão sendo solicitadas.

Infere-se, dessa forma, a importância de fomentar pesquisas que tragam como pontos de ancoragem a assistência estudantil e seu financiamento, haja vista que novas compreensões da realidade pesquisada podem fornecer elementos que ajudem a interferir e a transformar essa realidade.

Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *Estatuto*. 2008. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/>. Acesso em 03 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, Pnaes. In. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. In. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível em: Decreto nº 7234 (planalto.gov.br). Acesso em: 05 jan. 2024.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Fonaprace: 20 anos (1987-2007)*. Brasília, DF: Fonaprace, 2007. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-20-anos3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES 2018*. Uberlândia: Fonaprace, 2019.

GOMES, M. do A. A.; PIRES, E. D. P. B.; SILVA, S. S. Contradições do ideário neoliberal na política de assistência estudantil: do nascedouro aos dias atuais. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 13, n. 32, p. 1-24, 2020.

KOWALSKI, A. V. *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACEDO, G. D. O direito à assistência estudantil no contexto da lei de cotas para o ensino superior. CONIDIH, 1. Campina Grande, 2014. *Anais...* Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/6635>. Acesso em: 17 dez. 2023.

OSÓRIO, J. *O Estado no centro da mundialização do capital*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAVAN, F. R. V. *Definições e rumos na implementação de uma política nacional de assistência ao estudante do ensino superior*. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte. *Revista Diálogo em Educação*, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica*, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.